

MICROISIS  
NAO  
CIRCULA

9/86

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
BIBLIOTECA

PORTE PAGO  
DR/PR  
ISR-48-019/80

SUMÁRIO

A BALANÇA COMERCIAL: algumas questões por trás do superávit 1

UMA VISÃO DO PLANO AGRÍCOLA DA NOVA REPÚBLICA 5

IGREJA E CAPITALISMO 7

COMENTÁRIOS MARGINAIS AO NOVO CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DE CURITIBA 9

INDICADORES 13

# análise conjuntural



ISSN 0100-7424 - Curitiba - v.8 n.9 - 1 - 16 - SETEMBRO 1986

## A BALANÇA COMERCIAL: algumas questões por trás do superávit

Jorge Khalil Miski \*  
Francisco Junqueira \*

Há mais de três anos, a Balança Comercial brasileira apresenta expressivos superávits. Desde novembro de 1984, o saldo acumulado em 12 meses, mês após mês, insiste em permanecer na casa dos US\$ 12-13 bilhões (tabela 1 e gráfico 1). Os primeiros oito meses deste ano não constituem exceção. Nesse período, a economia brasileira superou a recessão, ingressou num período de crescimento, agora simultâneo à manutenção de baixas taxas de inflação. Por outro lado, em decorrência principalmente do superávit comercial, o governo encaminha, já há um ano, a renegociação da dívida externa independente do monitoramento do FMI.

Dessa forma, poderia ter sido desenvolvida a análise da Balança Comercial brasileira se não tivesse se iniciado um debate — a nível de governo, agora extrapolando à academia — sobre a conveniência da manutenção do saldo comercial nesses níveis. Sintomaticamente, o início desse debate ocorreu às vésperas da viagem do Presidente José Sarney aos EUA, para onde levava a proposta de redução da remessa de juros ao exterior para o limite de 2,5% do PIB, acenando com a redução do superávit comercial.

Neste artigo, pretende-se acompanhar o desenrolar desse debate à luz da evolução da Balança Comercial nos últimos anos, suas características estruturais e seu desempenho recente.

TABELA 1 - BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL  
ACUMULADA EM 12 MESES - 1970-86  
(Em US\$ milhões)

PERÍODO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
1970	2 739	2 507	232
1971	2 904	3 247	(343)
1972	3 991	3 232	(241)
1973	6 199	6 192	7
1974	7 951	12 641	(4 690)
1975	8 670	12 210	(3 540)
1976	10 128	12 383	(2 255)
1977	12 120	12 023	97
1978	12 659	13 683	(1 024)
1979	15 244	18 084	(2 840)
1980	20 133	22 955	(2 822)
1981	23 293	22 091	1 202
1982	20 175	19 395	780
1983	21 899	15 429	6 470
Jan 84	22 071	15 139	6 874
Fev 84	22 607	14 926	7 592
Mar 84	22 987	14 759	8 136
Abr 84	23 317	14 585	8 634
Mai 84	23 744	14 525	9 138
Jun 84	24 283	14 514	9 668
Jul 84	24 946	14 721	10 103
Ago 84	25 387	14 450	10 855
Set 84	25 654	14 383	11 230
Out 84	26 218	14 303	11 942
Nov 84	26 689	14 238	13 531
Dez 84	27 005	13 937	13 089
Jan 85	26 995	13 859	13 157
Fev 85	26 692	13 854	12 859
Mar 85	26 579	13 876	12 724
Abr 85	26 550	13 857	12 715
Mai 85	26 377	13 684	12 715
Jun 85	26 073	13 487	12 609
Jul 85	25 765	13 064	12 723
Ago 85	25 364	12 993	12 385
Set 85	25 477	12 888	12 601
Out 85	25 434	13 006	12 440
Nov 85	25 434	13 039	12 407
Dez 85	25 639	13 197	12 442
Jan 86	25 911	13 356	12 555
Fev 86	26 128	13 403	12 726
Mar 86	26 340	13 353	12 988
Abr 86	26 412	13 913	13 220
Mai 86	26 479	13 217	13 263
Jun 86	26 301	13 169	13 133
Jul 86	26 509	13 448	12 971
Ago 86	26 475	13 452	12 933

FONTE: *Suma Econômica*, set. 1986

Desde 1983, a Balança Comercial brasileira apresenta vultosos saldos positivos. Desconsiderados os primeiros meses dos anos — tradicionalmente mais baixos —, desde 1984 obtém-se um superávit comercial mensal igual ou superior a US\$ 1 bilhão (tabela 2). Esses superávits foram atribuídos, durante muito tempo, à política econômica adotada no período — particularmente a cambial —, voltada ao ajustamento da economia em moldes ortodoxos. Em contrapartida, vem sendo veiculada a tese — mais convincente — do Professor Antônio Barros de Castro, segundo a qual a obtenção dos elevados saldos comerciais e o conseqüente ganho de divisas decorreriam de um processo de adaptação estrutural da economia, levado adiante a partir de meados da década de 70 — II PND —, que teria possibilitado a diminuição do coeficiente de importação e a elevação do potencial de exportação.

Com o II PND, implementou-se um processo de substituição de importações nos setores de Bens de Capital e Insumos Básicos. Com a maturação desse processo, pôde-se observar, a partir da década de 80, uma queda muito acentuada das importações de metais não-ferrosos, produtos químicos, produtos siderúrgicos, fertilizantes, papel e celulose e petróleo. A importação de Bens de Capital, também objeto de substituição, caiu em decorrência da recessão e a de produtos comulha e trigo, não-substituídos, cresceu.

BRASIL  
1986

A nível global, observa-se, então, acentuada queda das importações, passando de US\$ 23 bilhões em 1980 para US\$ 13 bilhões em 1985 (tabela 3). Assinale-se que, nesse período, a economia brasileira ingressou na recessão, retomou a trajetória de crescimento, mas, até recentemente, as importações continuaram caindo.

As exportações, por sua vez, cresceram acentuadamente como reflexo não só dos investimentos do II PND — produtos siderúrgicos, papel e celulose, produtos químicos e derivados do petróleo ganharam destaque na pauta de exportações —, como também da desvalorização real do cruzeiro em relação ao dólar e a outras moe-

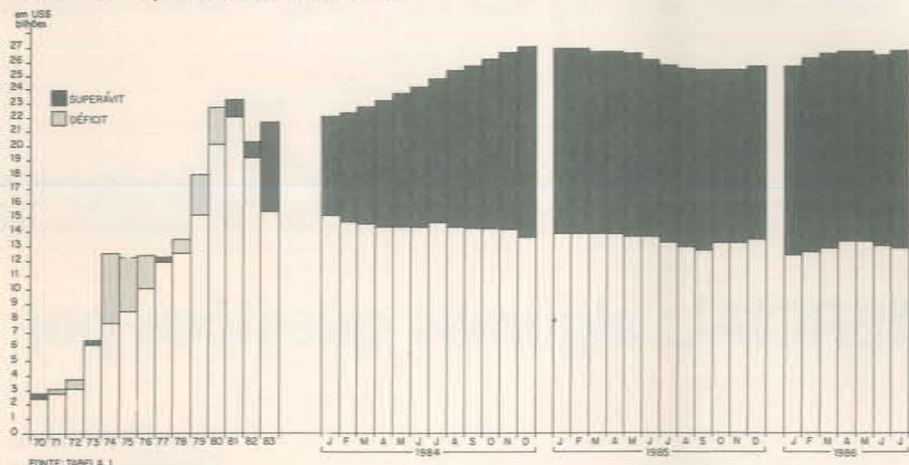
das e da adoção de uma agressiva e sistemática política comercial. Durante a década de 80, torna-se incontestemente o predomínio dos Produtos Manufaturados na pauta de exportações — processo iniciado ainda na década de 70 —, passando de 45% em 1980 para 55% em 1985 (tabela 4). Por outro lado, analisando-se o destino das exportações brasileiras, percebe-se como o mercado norte-americano torna-se importante, respondendo por 28,6% e 26,5% do total em 1984 e 1985, respectivamente (tabela 5). Enquanto as exportações globais cresceram 34% entre 1980 e 1984, as destinadas aos EUA cresceram 120% (tabela 6).

TABELA 2 — BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL, EM VALORES MENSAIS — 1984-86  
(Em US\$ milhões)

PERÍODO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
Jan 84	1 648	525	1 123
Fev 84	1 836	846	990
Mar 84	2 058	1 016	1 042
Abr 84	2 129	1 063	1 065
Mai 84	2 396	1 217	1 179
Jun 84	2 483	1 320	1 162
Jul 84	2 549	1 170	1 380
Ago 84	2 534	1 398	1 144
Set 84	2 272	1 067	1 207
Out 84	2 416	1 278	1 138
Nov 84	2 334	1 130	1 204
Dez 84	2 350	1 068	1 303
Jan 85	1 638	593	1 045
Fev 85	1 533	548	985
Mar 85	1 945	881	1 064
Abr 85	2 100	1 054	1 046
Mai 85	2 223	1 217	1 006
Jun 85	2 179	1 214	965
Jul 85	2 241	1 284	957
Ago 85	2 133	1 060	1 073
Set 85	2 385	1 283	1 102
Out 85	2 373	1 117	1 256
Nov 85	2 334	1 097	1 237
Dez 85	2 555	1 094	1 461
Jan 86	1 910	706	1 204
Fev 86	1 750	719	1 032
Mar 86	2 157	1 143	1 014
Abr 86	2 172	1 286	886
Mai 86	2 290	1 260	1 030
Jun 86	2 001	1 084	917
Jul 86	2 209	1 013	1 196
Ago 86	2 099	1 077	1 022

FONTE: *Suma Econômica*, set. 1986

GRÁFICO 1 — BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL — 1970-85



FONTE: TABELA 1

TABELA 3 — PRINCIPAIS ITENS E VALOR TOTAL DAS IMPORTAÇÕES, NO BRASIL — 1978-85

ITEM	(Em US\$ milhões)								
	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	
Máquinas e Equipamentos	3 552,6	3 774,9	4 381,0	4 022,9	3 271,8	2 505,4	2 151,1	2 479,9	
Combustíveis e Lubrificantes	4 482,6	6 773,0	10 199,7	11 339,9	10 457,4	8 606,8	7 345,1	6 176,5	
Fertilizantes	308,9	422,1	619,9	353,2	238,9	136,4	245,8	231,2	
Produtos Químicos	1 026,3	1 385,4	1 703,5	1 119,1	1 003,6	826,9	870,0	875,0	
Cereais	701,8	983,5	1 241,3	1 077,4	848,2	905,1	835,3	731,5	
Ferro Fundido/Aço	476,0	482,4	591,4	734,7	430,8	160,4	158,8	173,5	
Metais Não-Ferrosos	434,8	666,0	823,4	496,7	421,5	174,9	231,7	220,0	
Matérias Plásticas	202,2	254,3	240,6	176,0	171,3	166,9	154,6	169,9	
Borracha	138,9	171,6	212,3	149,9	140,9	132,2	152,0	161,2	
Papel, Cartolina e Cartão	135,3	166,5	164,1	156,5	143,3	121,5	103,9	83,0	
Aparelho e Instrumento e Ótica	346,2	433,5	422,8	342,0	324,8	226,1	192,9	239,0	
TOTAL Importações	13 683,1	18 083,8	22 955,2	22 090,6	19 395,0	15 429,0	13 915,8	13 153,5	

FONTE: *Boletim Mensal — Banco Central do Brasil*

TABELA 4 — COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS — 1980-85

PERÍODO	PRODUTOS			TOTAL
	Básicos	Manufaturados	Semimanufaturados	
1980	42,2	44,8	11,7	98,7
1981	38,3	51,0	9,1	98,4
1982	40,8	50,1	7,1	98,0
1983	39,0	51,5	8,1	98,6
1984	32,5	55,9	10,3	98,7
1985	33,2	55,1	10,5	98,8

FONTE: *Suma Econômica*, set. 1986

TABELA 5 — EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, POR BLOCOS E PAÍSES — 1980-85

PERÍODO	(Em %)					
	ALADI	EUA	CEE	JAPÃO	ORIENTE MÉDIO	RESTO DO MUNDO
1980	17,1	17,4	27,0	6,1	5,2	27,2
1981	18,1	17,6	25,5	5,2	5,4	28,2
1982	14,2	20,0	26,9	6,4	6,1	26,4
1983	9,3	23,1	28,9	6,5	7,1	25,1
1984	8,6	28,6	22,8	5,6	9,2	25,2
1985	7,1	26,5	24,0	5,4	10,0	27,0

FONTE: *Boletim Mensal — Banco Central do Brasil*

Como decorrência dessas transformações, tanto a nível de exportação como de importação, a Balança Comercial, tradicionalmente deficitária, passa em dois grandes saltos a ser francamente superavitária. Nesse processo de acúmulos sucessivos de superávits globais, deve-se acentuar o resultado da Balança Comercial junto aos países desenvolvidos, particularmente aos EUA. As transações com a Comunidade Econômica Européia — CEE — passaram de um superávit de US\$ 1 951 milhão em 1980, para US\$ 4 431 e US\$ 4 282 milhões em 1984 e 1985, respectivamente. Já a Balança bilateral com os EUA, de deficitária em 1980 (-US\$ 591 milhões), passou a ser expressivamente superavitária em 1984 e 1985 (US\$ 5 413 milhões e US\$ 4 185 milhões, respectivamente). Em conjunto, foram responsáveis por 75% do saldo comercial em 1984 e 68% em 1985. Os EUA, em particular, responderam por 41% e 34% do superávit comercial, em 1984 e 1985 (tabela 7).

Sob outra perspectiva, assinala-se que a obtenção desses vultosos superávits comerciais, particularmente com os países industrializados, ocorre num período em que o comércio mundial declinou, prejudicando particularmente os países em desenvolvimento, que perderam, de 1980 a 1985, cinco pontos percentuais de participação nas exportações mundiais. Nesse sentido, torna-se relevante assinalar que, enquanto a participação das exportações brasileiras oscilou entre 1,1% e 1,5% do total mundial, suas importações declinaram sistematicamente de 1,2% para 0,7% das importações mundiais nesse período (tabela 8).

\* Além de declinar, o comércio mundial torna-se cada vez mais concentrado nos países industrializados. Estes, além de responderem por dois terços do total do comércio, concentram em seus próprios mercados.

TABELA 6 — EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, POR BLOCOS E PAÍSES — 1980-85  
(Índice 1980 = 100)

PERÍODO	TOTAL	ALADI	EUA	CEE	JAPÃO	ORIENTE MÉDIO
1980	100	100	100	100	100	100
1981	116	122	117	109	99	120
1982	100	83	115	100	105	118
1983	109	59	144	116	116	149
1984	134	67	220	113	123	238
1985	127	52	194	113	113	248

FONTE: Boletim Mensal — Banco Central do Brasil

TABELA 7 — SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL — 1980-85 (Em US\$ milhões)

PERÍODO	SALDO TOTAL	SALDO EUA	SALDO CEE
1980	(2 823)	(591)	1 951
1981	1 202	607	2 955
1982	780	1 173	3 002
1983	6 470	2 654	4 374
1984	13 089	5 413	4 431
1985	12 471	4 185	4 282

FONTE: Boletim Mensal — Banco Central do Brasil

TABELA 8 — PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO COMÉRCIO MUNDIAL — 1980-85 (Em %)

PERÍODO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
1980	1,1	1,2
1981	1,3	1,2
1982	1,2	1,1
1983	1,3	0,9
1984	1,5	0,8
1985	1,4	0,7

FONTE: Boletim Mensal — Banco Central do Brasil, Boletín del FMI, v. 15, n. 15 ago. 1986

Deve-se assinalar, ainda, a crescente importância dos EUA na determinação do rumo da produção, do comércio e das relações financeiras internacionais, em decorrência das políticas de valorização do dólar e de elevação das taxas de juros, como forma de atração de capitais para o mercado norte-americano. Essas políticas, ao mesmo tempo em que serviam para financiar o déficit público americano, permitiam a modernização do seu parque produtivo. Paralelamente, comprometeram seriamente as relações financeiras dos países em desenvolvimento, ao elevar os custos financeiros de suas dívidas externas. Esse processo de valorização do dólar e de elevação de juros inverteu-se no ano passado, mas suas sequelas e as da moratória mexicana sobre o encaminhamento da renegociação da dívida externa dos países em desenvolvimento têm sido profundas, ao suspenderem indefinidamente os fluxos financeiros com os bancos credores. Foi justamente nesse período que se acentuaram as relações comerciais do Brasil com os EUA, como forma de obtenção das divisas necessárias para servir a dívida.

Feita essa breve retrospectiva, pode-se assinalar algumas características estruturais da Balança Comercial brasileira, a saber:

- baixo coeficiente de importação, fruto da substituição de importações de Insumos Básicos e Bens de Capital;
- pauta de exportações relativamente diversificada, com destaque para a crescente participação dos Bens Manufaturados;
- importante participação dos EUA e

CEE no comércio exterior brasileiro, responsável por pelo menos dois terços do superávit comercial nos últimos anos;

- obtenção e manutenção de elevados superávits comerciais num período em que o comércio mundial é predominantemente declinante e crescentemente concentrado nos países industrializados.

Essas características permaneceram relativamente estáveis com a retomada do crescimento. Com efeito, esta se deveu, num primeiro instante, ao desempenho das exportações, para só num segundo momento decorrer da melhoria das condições do mercado interno. Por outro lado, os sucessivos superávits comerciais permitiram acumular reservas em torno de US\$ 12 bilhões nos últimos dois anos. Com o acúmulo de reservas e a manutenção de superávits comerciais mensais em torno de US\$ 1 bilhão, pôde o governo brasileiro, com a entrada do Ministro Dilson Funaro — reforçando a posição de João Sayad no Planejamento —, estabelecer novos procedimentos na renegociação da dívida externa, dispensando, formal e efetivamente, o monitoramento do FMI a partir de setembro de 1985, sem no entanto alcançar posições mais conclusivas. Entretanto, diante dessas circunstâncias, pôde-se implementar, em março passado, um programa heterodoxo de estabilização sem grandes pressões pelo lado externo, visto permanecer o comportamento da Balança Comercial, estar o câmbio desvalorizado em termos reais e continuarem em suspenso as posições quanto à dívida externa.

Se pelo *front* externo as condições para a viabilização do "Plano Cruzado" eram boas, no mercado interno, a situação transformou-se rapidamente. Em decorrência da melhoria das condições de renda e emprego, a produção industrial e as vendas no comércio dispararam, suscitando a elevação da demanda por máquinas e equipamentos num ritmo intenso. Por outro lado, começaram a surgir problemas no abastecimento, particularmente de carne e leite, potencializando uma tendência anterior ao "Plano Cruza-

do". Diante desses dois problemas, que se contava fossem transitórios, o governo decidiu recorrer ao aumento das importações.

Ainda, em decorrência do aumento de vendas, diversos setores começaram a manifestar problemas com o aumento da utilização da capacidade produtiva. Na verdade, os níveis de utilização da capacidade produtiva estariam muito próximos aos do início da década, havendo problemas de oferta interna em alguns setores, devido à elevação do coeficiente exportado nos últimos anos.

Em seis meses de Plano Cruzado, a interação entre um ritmo excepcional de aumento da demanda interna, maior utilização da capacidade produtiva e aumento de importações justificou o surgimento e proliferação de dúvidas a respeito dos limites externos ao crescimento econômico. Discutir-se-ão essas questões, após um breve relato do desempenho da Balança Comercial em 1986.

De janeiro a agosto de 1986, acumulou-se um superávit comercial de US\$ 8 190 milhões, 5,4% superior ao do mesmo período do ano anterior, indicando a possibilidade de se manterem as previsões de saldo de US\$ 12,8 bilhões em 1986 (tabela 9). Esse resultado se deveu ao crescimento de 4,3% das exportações — US\$ 16 590 milhões até agosto, revertendo o comportamento de 1985 —, maior que o das importações, 3,2%, com um total acumulado de US\$ 8 400 milhões. Ou seja, a grande novidade deste ano foi o crescimento das importações, inédito nesta década, apesar de ainda continuar sendo metade do valor das exportações.

Analisando-se mais detalhadamente, percebe-se, pelo lado das exportações, um decréscimo das de Produtos Básicos (-0,9%), em virtude da espetacular queda nas vendas de soja em grão (-65,4%) — tanto dos preços quanto da safra. Por outro lado, os Produtos Semimanufaturados e Manufaturados cresceram 6,7% e 7,8%, respectivamente. No primeiro grupo, destaquem-se alumínio em bruto (143,2%) e óleo de soja em bruto (-81,3%). Já no grupo de Manufaturados, ressalte-se o comportamento de açúcar refinado (44,2%), calçados (23,0%), derivados de petróleo (-65,2%) e óleo de soja refinado (-7,8%).

Pelo lado das importações, observe-se a significativa queda das de petróleo (-45,1%), em virtude das baixas cotações do produto desde novembro de 1985. Em termos absolutos, o valor das importações de petróleo caiu de US\$ 3 459 milhões para US\$ 1 898 milhão. Outro produto a apresentar queda foi o trigo, com uma economia em torno de US\$ 290 milhões. Esse comportamento do petróleo e do trigo possibilitou a importação de alimentos e máquinas, sem o comprometimento das metas inicialmente previstas. Com efeito, é o recurso às importações que vem possibilitando responder à rápida demanda por Bens de Capital e atenuar alguns problemas de abastecimento de gêneros alimentícios. A importação de máquinas e equi-

pamentos cresceu 49% (Jan.-Jun.), em virtude da elevada concentração de investimentos em modernização. Por outro lado, as importações de alimentos \* alcançaram US\$ 491 milhões (Jan.-Ago.), mantendo-se a previsão de US\$ 1 bilhão até o fim do ano, segundo a CACEX. Apesar de a demanda por máquinas e equipamentos não tender a crescer, parece haver evidências de que o nível das importações estaria num patamar mais elevado, em torno de US\$ 1,2 bilhão/mês.

Acreditando que o nível das importações no próximo ano deverá ser ainda maior — em torno de US\$ 18 bilhões —, para sustentar uma taxa de crescimento de 7% a.a., e considerando que o Brasil mantém uma reduzida abertura comercial com o exterior, alguns técnicos do governo iniciaram articulações no sentido de reforçar uma estratégia de, ou obter recursos financeiros novos do exterior, ou reduzir a remessa de divisas para o pagamento do serviço da dívida a algo em torno de 2,5% do PIB.

Essas articulações vieram a público às vésperas da viagem do Presidente Sarney aos EUA, conferindo-lhe a missão de renegociar a dívida externa em termos políticos, abandonando-se a virtual passividade na condução da questão no último ano. Ao governo dos EUA — que na passagem do ano passou a influir diretamente nos rumos do endividamento dos países latino-americanos, ao propor o Plano Backer\* — Sarney proporia trocar uma parcela de remessas de juros por um aumento correspondente das importações brasileiras de produtos norte-americanos. Ou seja, viabilizar, segundo a ótica do governo, a manutenção do crescimento econômico e, se preciso, restabelecer os fluxos financeiros mútuos com o exterior. Essa nova estratégia do governo esbarrou em duas objeções, uma no front interno, outra no externo. Internamente, dentro do governo e fora dele, a proposta de permitir maiores importações para o reaparelhamento do parque produtivo se contrapõe à posição de um grupo que acredita que a manutenção do saldo comercial continuará sendo o único cacife de que dispõe o país para negociar com o exterior sem grandes concessões. Na defesa desse ponto de vista, relacionam os seguintes argumentos:

- o ritmo de crescimento dos investimentos na atualidade supera o dos tempos do milagre, não podendo ser projetável;
- o maior coeficiente de importação de máquinas e equipamentos decorre do fato de que, até o momento, boa parte do investimento realizado se destina à modernização e à reposição.

\* Arroz, feijão, milho, leite e carne.

\* Em troca da concessão de um volume irrisório de recursos novos, James Backer III, Secretário do Tesouro norte-americano, propunha um ajuste econômico dos países endividados sob o monitoramento do FMI e uma maior abertura do mercado desses países às importações dos países industrializados.

TABELA 9 — EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS — JAN-AGO/85 — JAN-AGO/86

DISCRIMINAÇÃO	(Em US\$ milhões)		VARIÇÃO %
	JAN-AGO 1986	JAN-AGO 1985	
<b>TOTAL GERAL</b>	16 590	15 909	4,8
<b>Produtos Básicos</b>	5 571	5 624	(0,9)
Açúcar demerara	105	103	1,9
Cacau em amêndoa, cru	177	198	(10,6)
Café em grão	1 441	1 598	(9,8)
Carne de galo, frango e galinha, coagelada	188	154	22,1
Farelo de soja	915	745	22,8
Minério de ferro aglomerado	190	219	(13,2)
Minério de ferro hematita	784	665	17,9
Soja em grão	238	688	(65,4)
Demais Produtos	1 533	1 254	22,2
<b>Produtos Industrializados</b>	10 872	10 100	7,6
<b>Semimanufaturados</b>	1 815	1 701	6,7
Açúcar cristal	38	24	58,3
Alumínio em bruto	231	95	143,2
Couro de bovinos, curtidos (exceto de bezerro)	83	64	29,7
Estanho em bruto	91	130	(30,0)
Ferro gusa	186	143	30,1
Óleo de soja em bruto	55	294	(81,3)
Pasta de cacau refinada	93	97	(4,1)
Pasta química de madeira a soda e ao sulfato	221	182	21,4
Demais Produtos	817	672	21,6
<b>Manufaturados</b>	9 057	8 399	7,8
Açúcar refinado	150	104	44,2
Calçados, suas partes e componentes	705	573	23,0
Caldeiras, maq., aparelhos e Instr. mecânicos (1+2+3)	1 008	895	12,6
1 — Máquinas, apar. extr. terrapl. escav. ou perf.	38	37	2,7
2 — Motores de explosão ou combustão interna	364	373	(2,4)
3 — Outros produtos	606	485	24,9
Carne de bovino industrializada	177	164	7,9
Chapas de ferro ou de aço	388	372	4,3
Derivados de petróleo (parte)	462	1 328	(65,2)
Material de transporte (1+2+3+4)	1 002	936	7,0
1 — Automóveis de passageiros	178	183	(2,7)
2 — Partes, peças sep. e acess. veic. aut. e tratores	235	188	25,0
3 — Veículos CKD, de carga e outros veículos	281	301	(6,6)
4 — Outros produtos	308	264	16,7
Óleo de soja refinado	59	209	(71,8)
Produtos químicos orgânicos	385	383	0,5
Suco de laranja	461	514	(10,3)
Demais Produtos	4 260	2 921	45,8
<b>Operações Especiais</b>	147	185	(20,5)

FONTE: *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 16 set. 1986

Com o incremento dos investimentos para ampliação da capacidade, esse coeficiente tenderá a diminuir;

- está ocorrendo uma elevação substancial na importação de bens de consumo (73% entre Jan.-Jun.). Uma parte desse aumento se deve à maior importação de alimentos que, apesar de excepcional, é conveniente; outra, à maior importação de eletrodomésticos e aparelhos óticos e visuais considerada uma imprevidência da CACEX;
- projeções realizadas indicariam um aumento das importações da ordem de 12% em 1987, consideravelmente inferior às previsões do governo. \* Logo, para a manutenção do superávit bastaria o crescimento de 6% nas exportações, algo considerado factível;
- por fim, diante da eventual deficiência de poupança para financiar o crescimento, desaconselha-se o recurso à poupança externa, pelo aumento que causaria na dívida líquida. Recorde-se que o investimento privado gera dinamicamente poupança e que, para o incremento da poupança do setor público, bastaria uma reforma tributária.

\* Esse aumento só seria mais elevado, em decorrência da necessidade de liberação forçada das importações, devido a pressões externas, ou para facilitar o ingresso de capitais.

Se o debate a nível interno esquentou, nos EUA não se encontrou a receptividade esperada (?!). Com os interlocutores norte-americanos, travou-se um diálogo de surdos, duro e inconclusivo. Por um lado, os brasileiros, para justificar sua proposta, lembravam que os EUA forçaram o aumento dos juros que comprometeu a dívida brasileira; que o déficit e a instabilidade na Balança Comercial dos EUA não adiviriam do relacionamento com o Brasil, e que bastariam algumas facilidades de financiamento para incrementar o comércio bilateral. Os norte-americanos, por sua vez, não se cansavam de argumentar que, para o encaminhamento da renegociação da dívida, os brasileiros deveriam recorrer ao monitoramento do FMI e, para a atenuação das pressões protecionistas americanas, interessava-lhes que o Brasil se dispusesse a abrir seu mercado aos serviços norte-americanos, não impondo maiores obstáculos às próximas negociações no GATT nessa órbita. O que, na verdade, ocorreu nos EUA foi um duro embate entre o maior defensor do ajustamento "à la" FMI e o líder dos poucos países contrários à regulamentação dos serviços no âmbito do GATT.

Diante dos obstáculos encontrados — previsíveis até certo ponto —, pergunta-se: o que teria levado o governo brasileiro a precipitar uma discussão que conduzia

passivamente há um ano? Seria algum teste de resistência às pressões ortodoxas à negociação política da dívida? Haveria fundamento nos boatos de que a manutenção do saldo comercial neste ano só ocorreria com retenções de guias de importações, já realizadas? Se não, por que submeter o Presidente da República à ladainha sobre a regulamentação dos serviços, se o Ministro do Exterior poderia fazê-lo uma semana depois?

### É bem provável que alguns problemas com as exportações comprometam o superávit comercial.

As questões que ora estão em aberto serão respondidas em breve com a explicitação dos verdadeiros termos das conversações em Washington. Momentânea e permanentemente, deve-se considerar as condições em que se pode preservar o atual nível do saldo comercial — e seu papel estratégico na renegociação da dívida —, sem abrir mão de determinado grau de crescimento.

Admitindo-se como razoavelmente corretos os prognósticos a respeito das importações, é bem provável que seja pelo lado das exportações que devam surgir algumas preocupações.

Primeiramente, deve-se dar crédito às preocupações de Paulo Nogueira Batista Jr., ao alertar para o caráter atípico do saldo comercial brasileiro, que, apesar de revelar uma extraordinária capacidade de adaptação a conjunturas adversas, dificilmente poderia ser mantido por muito tempo em virtude de o nível de exportações ser o dobro de das importações. Efetivamente, o superávit comercial brasileiro já começa a irritar diversos parceiros comerciais, como Espanha, Dinamarca, Argentina e outros.

Em segundo lugar, deve-se considerar, talvez como sinal de vulnerabilidade, a importância do enorme, e decrescente, saldo comercial com os EUA. A já referida viagem do Presidente Sarney aos EUA e as pressões norte-americanas no tocante à regulamentação dos serviços — um setor

no qual os EUA investiram muito para alcançar competitividade e em que práticas como a reserva de mercado em informática lhe são prejudiciais — demonstram o quanto será penosa a convivência futura com esse parceiro comercial. Deve-se lembrar, também, o passado recente de retaliações e restrições à exportação de produtos brasileiros, considerados indevidamente favorecidos, como aço, calçados, suco de laranja, álcool, etc., e a perspecti-

va de acentuação dessas reações protecionistas num ano eleitoral americano. Por outro lado, qual seria o impacto, em termos de juros, de um incremento dos desequilíbrios fiscais americanos? Atualmente, trabalha-se com a hipótese de manutenção da tendência de juros baixos e dólar desvalorizado. Entretanto, serão suficientes para contrapor uma hipotética e possível recessão nos EUA em 1987?

Em terceiro lugar, como manter um agressivo esforço exportador junto à CEE e Japão — potencialmente receptivos a partir deste ano —, se não se consegue manter certos compromissos assumidos em virtude de problemas — temporários — no tocante ao atendimento concomitante das demandas interna e externa? Deve-se considerar a possibilidade de perder alguns mercados\* conquistados anteriormente, enquanto se dá prioridade ao mercado interno. A questão, então, seria: como recuperá-los?

Por outro lado, qual a importância da cobrança crescente de ágio na definição dos custos e competitividade dos produtos exportáveis?

Por fim, a manutenção de taxas mensais de inflação superiores a 1% já leva alguns analistas a cogitarem uma desvalorização cambial em novembro entre 8% a

\* Admite-se essa possibilidade nos setores têxtil, siderúrgico e bens de capital, além de problemas existentes na importação de carne bovina e de aves.

12%, com impactos imprevisíveis sobre a estabilização dos preços.

Embora as questões ora levantadas não sejam conclusivas e passíveis de projeção, pretende-se assinalar que a manutenção do atual quadro das relações comerciais brasileiras deverá ser objeto, doravante, de um exame cuidadoso das condições do mercado interno e do cenário internacional, aconselhando um pouco mais de cuidado com as previsões que proliferam.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANTUNES, Marco Antonio. Sarney tentará trocar juro menor por importação maior. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 set. 1986.
2. BAER, Mônica; MACARINI, José Pedro; ANDRADE, Rogério Pereira de. *Economia internacional: a performance em 1985 e o contexto favorável ao plano cruzado*. In: CARNEIRO, Ricardo, org. *Política econômica da Nova República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p. 200-36. (Coleção Economia, 5)
3. BARROS, Romualdo. Importador passa de vilão a herói. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 set. 1986.
4. BATISTA JR., Paulo Nogueira & MODIANO, Isabel. *A balança comercial em 1986*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 set. 1986. p. 86.
5. *BOLETIM DE CONJUNTURA INDUSTRIAL*, Rio de Janeiro, UFRJ/IEI, v. 6, n. 2, 3, jun., ago. 1986.
6. CASTRO, Antonio Barros de & SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. 217p. (Coleção Brasileiros, 91)
7. *FIM do dilema. Isto é*, São Paulo, (507): 66-70, 10 set. 1986.
8. LEMBRUBER, Antonio C. *O Balanço de pagamentos do Brasil*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 jul. 1986. p. 36.
9. SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *Desempenho e perspectivas do balanço de pagamentos: 1985/86*. In: CARNEIRO, Ricardo, org. *Política econômica da Nova República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p. 237-57. (Coleção Economia, 5)
10. *SUPERÁVIT comercial irrita nossos parceiros*. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 27 jul. 1986. p. 37.

## UMA VISÃO DO PLANO AGRÍCOLA DA NOVA REPÚBLICA

Ciro César Barbosa \*

A análise da recente política agrícola baseia-se nos efeitos provocados pelas medidas governamentais do "Plano Cruzado" e nas novas normas para o setor, lançadas em maio pelo Conselho Monetário Nacional — CMN. Cumpre acrescentar especialmente mais um plano, divulgado em agosto, que, pelas reações causadas, reforça um certo consenso: o de que a prioridade na agricultura é o restabelecimento de um melhor gerenciamento e do uso correto de instrumentos que promovam melhor comportamento do setor —

\* Técnico da equipe permanente desta publicação.

principalmente a elevação da produção de alimentos básicos —, condição *sine qua non* para o sucesso do Plano de Estabilização e sobretudo do crescimento econômico. Trata-se do Plano de Metas para a Agricultura, intitulado "Pacote Verde", que apresenta as principais diretrizes até o final da década, baseadas especialmente em estratégias que propõem corrigir as distorções do passado e encaminhar a agricultura para uma trajetória compatível com o dinamismo e a harmonia que se esperam do setor.

As manifestações de boas vindas às metas propostas, qualificando-as de inéditas

e realistas, surgem em meio a pronunciamentos e reações que entendem o Plano apenas como um longo discurso de pretensões, muitas vezes insuficientes, que, em outras ocasiões, marcou as políticas agrícolas. Diante disso, é oportuno tentar apresentar alguns problemas que poderão ocorrer na execução das diretrizes, bem como destacar os aspectos mais específicos, de uma ótica mais favorável. Para tanto, faz-se necessário, inicialmente, descrever as principais linhas do Plano de Metas para a Agricultura, visto que alguns comentários mais gerais, referentes às taxas de juros e aos limites de financiamento